NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma companhia aberta e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil que atua no mesmo segmento metal mecânico.

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

- (i) Declaração de conformidade As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações , pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.
- (ii) Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de sua controlada, e todas as demais informações financeiras são apresentadas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam.
- (iii) Demonstração do Valor Adicionado Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada de acordo com o requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.
- (iv) Aprovação das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2021.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

- Consolidação das demonstrações contábeis A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da sua controlada "FULLMETAL Indústria e Comércio S.A.", conforme descrito na Nota explicativa nº 9, considerando os seguintes principais critérios:
- (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas;
- **(b)** eliminação do investimento da controladora contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; e
- **(c)** eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. Os investimentos nesta empresa controlada estão registrados nas demonstrações contábeis individuais da controladora pelo Método de Equivalência Patrimonial.

• Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e obrigações a estes inerentes.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Estimativas para perdas em crédito

O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Estoques

Avaliados com base no menor entre o custo de aquisição e produção e o valor líquido realizável, ajustado por eventuais perdas, quando aplicável.

• Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

Investimentos

O investimento em empresa controlada é reconhecido inicialmente pelo seu custo e posteriormente, ajustado pelo método de equivalência patrimonial.

• Outros investimentos

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos são instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

• Imposto de renda e contribuição social

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês. Os detalhes da repactuação dos empréstimos vencidos estão apresentados na Nota Explicativa nº 13.

• Provisão para contingências

É atualizada até a data do balanço pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

• Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Receitas e despesas financeiras

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que

seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes, não cabendo desta forma a realização de ajustes.

Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos; desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

• Uso de estimativas e premissas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.

c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.3. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas

Durante o exercício de 2020 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º. de janeiro de 2020, tiveram suas alterações avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação:

- Definição de negócios (alterações ao IFRS 3)
- Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8)
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)
- Alterações a referências à estrutura conceitual básica (várias normas)
- Concessões relacionadas à COVID-19 (alterações à IFRS 16)

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgação adicionais não estão sendo efetuadas):

- IFRS 17 Contratos de seguros
- Alterações ao IFRS 17 Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4)
- Referências à Estrutura Conceitual
- Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16)
- Contratos onerosos custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37)
- Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41)
- Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1)

3. IMPACTOS DA COVID 19

A partir do final de 2019, o vírus da COVID-19 se espalhou pelo mundo e, em março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a pandemia dessa doença. Desde o início da pandemia, a Companhia tem adotado diversas medidas de precaução em todas as suas áreas para reduzir a exposição de seus colaboradores e garantir a continuidade de seus negócios.

A Companhia está seguindo todas as orientações de prevenção da pandemia da Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes. Neste sentido, a Companhia adotou uma série de medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalho, tais como a verificação da temperatura na entrada da empresa, suspensão de todas as visitas externas, implantação de um programa de divulgação de informações relevantes sobre a prevenção e proteção em relação a convid19, reforço na higienização de todas as instalações sanitárias e dos postos de trabalho, proibição de toda e qualquer tipo de aglomerações, suspensão de reuniões presenciais, dando preferência por aquelas a distância (virtuais), obrigatoriedade do uso de mascaras individuais, fornecidas pela empresa ,novo arranjo físico do refeitório de modo a garantir o distanciamento mínimo entre um e outro ao menos 1,8 m, disponibilização de álcool 70% em gel em todas as dependências da empresa ,implementação do teste de controle PCR para aqueles funcionários que apresentam sintomas, bem como rotina no processo de seleção e admissão.. A Companhia acompanha diariamente a evolução do cenário de pandemia e os impactos que essa situação traz para as rotinas dos colaboradores, suas famílias e, também, para o negócio.

A Companhia avalia permanentemente os efeitos causados pela COVID-19 em seus negócios, uma vez que, principalmente no 2º. trimestre de 2020, as atividades econômicas no Brasil foram reduzidas drasticamente, tendo sido impostas restrições e medidas de distanciamento social com a finalidade de reduzir a circulação do vírus. Com a flexibilização dessas restrições pelas autoridades ainda no 3º. trimestre a Companhia não sofreu impactos significativos em seus negócios no exercício.

A atividade econômica da Companhia está diretamente ligada à indústria da construção civil no mercado interno. Qualquer redução na atividade desse setor pode afetar a demanda e trazer impactos importantes na posição financeira e resultados da Companhia.

Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias de saúde, notadamente aqueles oriundos da epidemia provocada pelo Sars-CoV-2 indicam um novo arrefecimento da perspectiva de melhora nas condições econômicas no Brasil que podem, entre outras consequências: (i) impactar negativamente na demanda interna por materiais de construção; (ii) tornar mais difícil ou oneroso a obtenção de financiamento para as operações ou refinanciar a dívida no futuro; (iii) prejudicar a condição financeira de alguns dos clientes e fornecedores; e (iv) reduzir ou até suspender o programa de investimentos.

Conforme orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a Companhia avaliou eventuais efeitos que tenham relação com a continuidade dos negócios e suas estimativas contábeis. Apesar de

alguns efeitos adversos percebidos no início da pandemia, que ao longo do exercício se dissiparam, tais efeitos adversos não trouxeram riscos de continuidade nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que produzissem efeitos significativos nos negócios da Companhia e consequentemente em sua posição patrimonial e financeira.

4. RISCO DE CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

A Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, apresentou patrimônio líquido negativo, indicando que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar suas obrigações de longo prazo.

No curto prazo, a Administração da Companhia não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, e da administração austera de custos e pela equalização do passivo, principalmente das obrigações relacionadas a credores bancários.

O maior passivo tributário da Companhia, que concerne a Tributos Federais, deixados de recolher em períodos anteriores a administração da atual gestão, encontra-se parcelado nos termos da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 – REFIS, cujas parcelas são apuradas com base em percentual do faturamento mensal, sem prazo definido na lei para liquidação, sendo cumpridas integralmente as bases contratuais e legalmente estabelecidas.

Entretanto, neste item, o "REFIS 1", como é conhecido, ante o grau de relevância e risco de comprometimento das operações, a administração da Companhia entende pertinente destacar sua especial e permanente atenção ao ordenamento jurídico pátrio, o qual, intrínseca e concomitantemente, é atrelado com a finalidade do parcelamento/programa de recuperação fiscal, assim como, consequentemente, com sua viabilidade jurídica. Da mesma forma, a Administração da Companhia permanece alerta a eventual surgimento de novos diplomas legais que possam oportunizar condição de viabilidade mais interessante do que aquelas consignadas na lei 9.964/2000.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consoli	dado
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos:	30.646	6.872	30.657	6.883
Aplicações financeiras:				
CDB (a)	23.740.322	25.856.843	33.519.181	35.469.561
Contas de Poupança (b)	3.228	3.041	3.228	3.041
Total	23.774.196	25.866.756	33.553.066	35.479.485

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário CDI.
- (b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

6. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Conso	lidado
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Mercado interno Estimativa para perdas em crédito	6.995.748 (86.369)	3.538.319 (149.471)	9.358.504 (194.761)	5.237.632 (257.863)
Total	6.909.379	3.388.848	9.163.743	4.979.769
Abertura por idade e vencimento:	Controla	dora	Consol	lidado
A vencer	6.524.592	2.881.202	8.638.391	4.275.898
Vencidos até 30 dias	302.953	105.135	363.167	221.570
Vencidos de 31 a 60 dias	45.092	9.047	66.253	12.386
Vencidos de 61 a 90 dias	3.893	10.346	20.153	24.248
Vencidos acima de 91 dias	119.218	532.589	270.540	703.530
Total	6.995.748	3.538.319	9.358.504	5.237.632

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Produtos acabados	888.380	799.371	888.380	799.371
Produtos em elaboração	1.332.076	1.149.055	1.485.443	1.280.466
Matérias Primas	3.080.417	1.279.150	3.082.757	1.284.914
Materiais de Consumo	44.826	40.384	44.826	40.384
Adiantamento a fornecedores	-	126	-	126
Importações em andamento	162.862	81.424	162.862	81.424
Total	5.508.561	3.349.510	5.664.268	3.486.685

A Companhia não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas principais matérias primas consistirem em "comodities" em estado primário e de alta liquidez.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Impostos Estaduais – ICMS Impostos e contribuições Federais	471.810 203.367	959.496 231.891	471,810 203,367	959.496 231.962
Total	675.177	1.191.387	675.177	1.191.458

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria	a e Comércio S.A.
	31.12.2020	31.12.2019
Totais de ativos e Passivos	12.265.734	11.466.117
Total de Receitas	7.187.639	12.660.562
Lucro do Exercício	3.023.645	3.993.796
Capital social	20.000	20.000
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20
Patrimônio líquido	1.535.822	2.020.898
Percentual de participação	100%	100%
Investimento	1.535.822	2.020.898
Movimentação do investimento:		
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011	20.000	20.000
Resultado acumulado (equivalência patrimonial – dividendos		
distribuídos/recebidos)	1.511.822	1.996.898
Percentual de participação	100%	100%
Investimento em 31 de dezembro de 2020 e de 2019	1.535.822	2.020.898

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota explicativa na divulgação da Controladora (BR GAAP).

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Transa	ções
	Receita de venda de produtos	Receita de venda de produtos
	31.12.2020	31.12.2019
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	2.785.823	6.617.887

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

11. OUTROS INVESTIMENTOS

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A Companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

12. IMOBILIZADO

Col	ntro	lad	ora
00	ILIO	ıau	UIC

Natureza		31/12//2020		31/12/2019	
		Depreciação			Taxa de
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	Depreciação
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	13.684.965	11.735.474	1.949.491	2.045.835	4%
Equipamentos	21.219.805	15.753.370	5.466.435	5.851.993	10%
Instalações	1.364.269	1.155.003	209.266	314.232	10%
Móveis e utensílios	752.831	680.587	72.244	62.655	10%
Equipamentos de processamento de dados	907.208	725.365	181.843	35.366	20%
Ferramentas e utensílios Técnicos	3.048.703	2.809.316	239.387	136.295	20%
Veículos	219.311	135.830	83.481	107.953	20%
Imobilizações em curso	600.598	-	600.598	544.264	-
	42.955.078	32.994.945	9.960.133	10.255.981	

Consolidado

Natureza		31/12/2020		31/12/2019	
		Depreciação			Taxa de
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	depreciação
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	13.684.965	11.735.474	1.949.491	2.045.835	4%
Equipamentos	21.670.722	16.129.167	5.541.555	5.972.205	10%
Instalações	1.364.269	1.155.003	209.266	314.232	10%
Móveis e utensílios	754.048	681.459	72.589	63.122	10%
Equipamentos de	907.208	725.365	181.843	35.366	
Processamento de dados					20%
Ferramentas e utensílios	3.048.703	2.809.316	239.387	136.295	
Técnicos					20%
Veículos	219.311	135.830	83.481	107.953	20%
Imobilizações em curso	600.598	-	600.598	544.264	-
	43.407.212	33.371.614	10.035.598	10.376.660	•

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	10.255.981	10.499.437	10.376.660	10.665.329
Adições	1.324.524	1.366.624	1.324.524	1.366.624
Baixas	(4.003)	(-)	(4.003)	(-)
Depreciação	(1.616.369)	(1.610.080)	(1.661.583)	(1.655.293)
Saldo no fim do exercício	9.960.133	10.255.981	10.035.598	10.376.660

A Companhia procedeu a sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985,

1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Líquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora e Consolidado

	31.12.2020	31.12.2019	
Bancos Privados	20.754.086	20.374.496	а
Banco do Brasil S/A	<u>12.055.912</u>	<u>18.119.934</u>	b
	32.809.998	38.494.430	
Parcelas de curto prazo	(20.776.705)	(20.397.115)	
	12.033.293	18.097.315	

- a) empréstimos contratados com, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.
- b) Em 28 de dezembro de 2018 a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S.A. entabularam transação, pela qual ajustaram prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta meses), retroativo a 31.10.2018, das parcelas vincendas representadas nas alíneas B e C da cláusula 3ª do aditivo ao acordo de 21.08.2009 assinado em 21 de Novembro de 2011, nos autos da Execução nº. 00000763.1990.8.19.0037(1990.037.016790-3), com última parcela a vencer em 13.11.2023. Todas as demais clausulas e condições não alteradas pelo presente Aditivo permanecem vigentes, conforme Aditivo firmado em 21/11/2011, ficando ratificado o título e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009 e de 21 de novembro de 2011. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 28 de dezembro de 2018, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 6.041.403.

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Controladora

	31.12.2020			31.12.2019
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento IR/PIS/COFINS/CSFonte Outros	1.600.042 651.406 461		1.600.042 651.406 461	2.075.964 97.745 329
	2.251.909	-	2.251.909	2.174.038

		Consolidado		
		31.12.2020		31.12.2019
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento IR/PIS/COFINS/CSFonte Outros	1.677.701 1.012.578 461	446.706	1.677.701 1.459.284 461	2.100.976 1.022.716 329
	2.690.740	446.706	3.137.446	3.124.021

15. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

	Controladora
Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS Ajuste por homologação do REFIS	38.344.750
Atualização pela TJLP até dezembro de 2019	55.544.382
Pagamentos efetuados até dezembro de 2019	(6.378.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	87.510.320
Atualização pela TJLP em 2020	1.753.331
Pagamentos efetuados em 2020	(385.149)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	88.878.502
Menos - Circulante	(385.149)
Não circulante	88.493.353

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

		Controlador	_	
		31.12.2020	31.12.2019	<u> </u>
Na esfera Cível		327.615	1.985.827	
Total da provisão para contingências		327.615	1.985.827	
Depósitos judiciais		(327.615)	(1.985.827)	
				=
Provisão para contingências, líquida				_
Movimentação das adições e baixas.				
	Controla	dora	Consolio	dado
-	31/12/2020	31/12/2019	31/122020	31/122019
Saldo no início do exercício	1.985.827	1.976.661	1.976.661	1.976.661
Adições	9.167	9.166	9.166	9.166
Baixas	(1.667.379)	(-)	(-)	(-)
Saldo no fim do exercício	327.615	1.985.827	1.985.827	1.985.827
-				

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

Controladora e Consolidado			
31.12.2020 31.12.2019			
502.840	564.541		
502.840	564.541		

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Na esfera Cível

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável.

Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de Suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora		
	31.12.2020	31.12.2019	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (reapresentado)	6.361.035	2.504.245	
Equivalência Patrimonial (reapresentado)	(3.023.645)	(3.993.797))	
Outras Adições/exclusões permanentes	53.675	49.380	
Resultado Fiscal antes da compensação de prejuízos fiscais	3.391.066	(1.440.172)	
(-) Prejuízo fiscal compensável	(1.017.320)	(-)	
Lucro Real/Prejuízo Fiscal	2.373.746		
Imposto de renda à alíquota de 15%	356.062	-	
Imposto de Renda à alíquota de 10%	213.375	-	
Contribuição social à alíquota de 9%	213.637		
Despesa de imposto de renda e contribuição social	783.074		

	Consolidado		
	31.12.2020	31.12.2019	
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	215.374	391.420	

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 25.395 mil. No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, consequentemente, do Patrimônio líquido negativo, somados ainda à incerteza do atual quadro econômico, não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

18. CAPITAL SOCIAL

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 de 2019, o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos.

O Capital Social está distribuído conforme segue:

	Qde.	Total das ações	%
Acionistas domiciliados no País - pessoas físicas	4.538	6.158.566	51,75
Acionistas domiciliados no País - pessoas jurídicas	34	5.741.434	48,25
Total	4.572	11.900.000	100,00

b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantida a proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata que deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembleia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

19. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 — Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos <u>lucros básico por ação:</u>

•		2020		-		2019	
	Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação no início do				-			
período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	_	3.966.667	7.933.333	11.900.000
Quantidade de ações em circulação no final do							
período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	_	3.966.667	7.933.333	11.900.000

Controladora		
31.12.2020	31.12.2019	
5.577.962	2.504.245	
11.900.000	11.900.000	
0,468736	0,210441	
	31.12.2020 5.577.962 11.900.000	

20. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 possuem a seguinte composição:

-	Controlad	ora	Conso	olidado
-	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Receita bruta de Vendas (-) Impostos incidentes s/vendas	35.296.294 (6.845.670)	21.746.508 (3.712.365)	40.235.576 (7.418.668)	28.776.994 (4.679.322)
(-) Abatimentos e Devoluções	(2.869.626)	(244.574)	(3.002.048)	(546.080)
Receita Liquida de Vendas	25.580.998	17.789.569	29.814.860	23.551.592

21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolid	dado
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Despesas e custos por função				
Custo dos produtos vendidos	20.889.001	17.823.164	21.424.426	18.421.221
Despesas operacionais	6.786.152	6.091.779	7.476.835	7.151.732
	27.675.153	23.914.943	28.901.261	25.572.953
Despesas e custos por natureza				
Custo de mercadorias	10.896.935	8.661.330	10.991.819	8.849.778
Despesas com pessoal e encargos	9.591.669	8.828.310	9.982.216	9.191.315
Despesas de aluguéis e correlatos	5.996	4.370	53.246	54.770
Despesas de serviços e utilidades				
públicas	847.163	754.247	931.026	773.811
Despesas de depreciação e				
amortização	1.616.369	1.610.080	1.661.583	1.655.293
Provisão (reversão) PCLD e				
contingências	-	-	-	-
Outras despesas	4.717.021	4.056.606	5.281.371	5.047.986
	27.675.153	23.914.943	28.901.261	25.572.953

22. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO/AGE realizada em 30 de abril de 2020, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R\$ 84 mil, acrescida quando aplicável, dos encargos sociais e trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2020, para o exercício de 2019 R\$ 80 mil , e estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Contro	oladora	Consolid	ado
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Despesas financeiras: Juros sobre				
empréstimos	(384.824)	(702.777)	(384.824)	(702.777)
Despesas bancárias	(13.026)	(28.751)	(14.807)	(31.840)
Juros, parcelas fiscais LP e s/tributos Variação Cambial	(1.753.331)	(2.254.646)	(1.762.015)	(2.426.036)
Passiva	(4.103)	(34.527)	(4.103)	(34.527)
Outras	(963)	` (728)	(1.078)	(1.398)
	(2.156.247)	(3.021.429)	(2.166.827)	(3.196.578)
Receitas financeiras: Aplicações financeiras Variação Cambial	757.520	1.299.837	989.817	1.741.023
Ativa	19.502	15.566	19.502	15.566
Descontos obtidos	8.242	1.118	8.563	1.495
Juros ativos	194.086	33.146	202.763	47.298
	979.350	1.349.667	1.220.645	1.805.382
Variação cambial: Variação cambial	40.500	45 500	40.500	45.500
ativa Variação cambial	19.502	15.566	19.502	15.566
passiva	(4.103)	(34.527)	(4.103)	(34.527)
	(15.399)	(18.961)	(15.399)	(18.961)

24. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são assim contratadas:

	31.12.2020	31.12.2019
Responsabilidade civil	1.390.000	1.380.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	39.040.000	25.610.000
Veículos	149.169	117.055
	40.579.169	27.107.055

O escopo dos trabalhos dos nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuou nenhuma transação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivalem, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

A política de risco está sob a gestão do Conselho de Administração, que define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificáveis como aceitáveis pela Administração.

A Companhia está sujeita aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito:

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às normas fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) - e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-bases outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

c) Concentração de risco:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e a sua subsidiária integral à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3.000 clientes ativos, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

d) Taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.